



Opinião

M. Graça Carvalho

Vacinas – a “guerra” das patentes é uma história mal contada

O debate em torno do levantamento das patentes das vacinas contra a covid-19 – que é também o tema de uma resolução que será esta quarta-feira votada em plenário no Parlamento Europeu – evoluiu para uma retórica simplista, em que, na versão repetida por muitos, de um lado estariam os países pobres e aqueles que os pretendem ajudar e, do outro, farmacêuticas focadas no lucro e Estados ou grupos políticos a estas subjugados.

Esta narrativa tem a suprema ironia de colocar no papel de heróis países que têm reservado para consumo interno as vacinas que produzem, como os Estados Unidos, e no extremo oposto vários Estados-membros da União Europeia, que é a maior exportadora mundial de vacinas covid e dos seus componentes, bem como a maior doadora, de forma destacada, através da iniciativa COVAX.

Porém, o principal problema não é esse, e sim o facto de, como estratégia, a suspensão das patentes estar longe de garantir o objetivo que todos pretendemos alcançar: imunizar o mais depressa possível toda a população mundial.

Não tenho objeções de princípio à possibilidade de serem levantadas patentes de vacinas ou de medicamentos e princípios ativos. Embora seja sempre uma medida com efeitos ambíguos, que

cria perturbações em todo o ecossistema de inovação em saúde, há situações em que sou favorável a que seja dado esse passo. Nomeadamente, como refere o Acordo de Propriedade Industrial (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio, quando estão em causa crises de saúde pública. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Brasil e na Malásia em relação a medicamentos antirretrovirais contra o VIH/SIDA.

A questão é se esse regime de exceção se aplica à atual situação e contribuiria para a resolver. A meu ver, não.

Países como a Índia, com capacidade financeira e tecnológica para produzir as vacinas baseadas na tecnologia de RNA mensageiro (mRNA), aquelas que se têm revelado mais eficazes na prevenção do coronavírus, não precisam de levantamentos de patentes para o fazerem, bastando-lhes para tal fechar acordos de produção com as farmacêuticas. É o que já está a acontecer na União Europeia, com diversos acordos fechados, nomeadamente ao nível da indústria, para a transferência de tecnologia.

Já no que respeita a outros países e regiões, onde ainda não existe sequer capacidade instalada para a produção de vacinas e medicamentos menos complexos, em relação aos quais não se aplicam patentes, é pura fantasia acreditar que este levantamento resolveria os seus problemas. O equivalente a acreditar que se a NASA ou a ESA partilhassem os seus projetos teríamos o mundo inteiro a entrar na corrida espacial.

Por outro lado, onde de facto existe capacidade instalada há ainda muito a fazer em termos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em torno da covid-19 para assegurar as futuras vacinas que nos irão proteger de novas variantes.

Desencorajar o investimento nas farmacêuticas que estão atualmente a produzir as vacinas, e que irão produzir as suas atualizações para fazer face a mutações do vírus, perturbar cadeias de abastecimento desviando componentes para unidades de produção ineficazes, criar falsas expectativas, em vez de estratégias eficazes, não é a solução para ganharmos esta corrida.

Eurodeputada do PSD.



Opinião

Jorge Costa Oliveira

Multipolaridade, ameaças e despesas militares

Vivemos hoje já num mundo multipolar. E a evolução económica dos principais países e blocos nas próximas décadas reforçará essa multipolaridade.

Olhando para o plano militar, parece existir apenas uma superpotência – os EUA. Com efeito, de acordo com dados do SIPRI e do IISS, os EUA têm mais despesas militares que os próximos 12 países combinados e 39% do total de despesas militares globais. Mas se alguma coisa podemos aprender com a História é que as despesas militares das principais potências tenderão a aumentar à medida que o seu PIB for crescendo. Isso é já hoje visível no caso da China. E sê-lo-á amanhã no caso da Índia e da Indonésia.

Uma das tendências a nível mundial é o aumento contínuo de despesas militares. O que é tanto mais bizarro porquanto coincide com o maior período de paz global que conhecemos nos últimos 150 anos.

Tirando alguns casos em que este aumento é compreensível – Israel, Kuwait, Azerbaijão, Arménia, Afeganistão, Iraque –, noutros países isso é dificilmente explicável – Bielorrússia (31,8% da despesa orçamental), Singapura (21,4%), Omã (20,3%).

Há ainda países, sobretudo em África e na Ásia, em que a elevada despesa militar parece decorrer da influência que as Forças Armadas neles têm, não raro tendo

militares na chefia executiva desses países. Mas as duas principais razões para o crescimento das despesas militares são: (i) o contínuo crescimento económico de muitos países, e (ii) o aumento do nacionalismo, por vezes mesmo ultranacionalismo, em países relevantes.

Ora, no caso europeu, sabemos bem que as principais ameaças às nossas sociedades e ao nosso modo de viver não são de natureza militar. A Rússia é hoje uma potência económica média – com um PIB que a situa entre o de Espanha e o de Itália –, cujas elites desejam uma maior articulação com a UE, e nem no Médio Oriente nem no Norte de África se divisa qualquer ameaça militar.

As principais ameaças às sociedades europeias estão de há muito identificadas na UE – “a ameaça do terrorismo, os desafios da demografia, migração e mudanças climáticas”, bem como “ameaças híbridas, volatilidade económica e insegurança energética”, “crime organizado e gestão das fronteiras externas”, “violações dos direitos humanos, desigualdade, stresse de recursos [enquanto catalisadores de], escassez de água e alimentos, pandemias e deslocamento” (v. *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*, de junho de 2016). Pelo que a UE se propõe “aumentar os esforços em defesa, cibernética, contraterrorismo, energia e comunicações estratégicas” (idem, p. 9). Propondo-se ainda ser mais autónoma.

Num tempo de mudança e reanálise de tantos aspetos do nosso modo de viver, é imperioso repensar a afetação de recursos para fazer face a estas ameaças. Claramente, a UE não está ameaçada por inimigos militares. Pelo que o bom senso dita que transfiramos recursos – incluindo agências especializadas – para combater o terrorismo, o crime organizado transnacional, os desafios da demografia, a gestão das fronteiras externas e as migrações e outras ameaças bem identificadas.

E que o façamos num quadro autónomo. É tempo de na UE assumirmos que os nossos interesses estratégicos nem sempre coincidem com os dos EUA.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira.

“

O principal problema não é esse [levantamento das patentes], e sim o facto de, como estratégia, a suspensão de patentes estar longe de garantir o objetivo que todos pretendemos alcançar: imunizar o mais depressa possível toda a população mundial.

“

A UE não está ameaçada por inimigos militares. Pelo que o bom senso dita que transfiramos recursos – incluindo agências especializadas – para combater o terrorismo, o crime organizado transnacional, os desafios da demografia, a gestão externa e as migrações e outras ameaças bem identificadas.